

## **ATA – Segunda Assembleia Ordinária do CEDIND/RJ**

**Local:** Aldeia Tekoá Ka'aguy Hovy Porã (Mata Verde Bonita), Maricá – RJ

**Data:** 03/03/2026

Atualmente na aldeia Tekoá Ka'aguy Hovy Porã, vivem cerca de 82 famílias. A área foi cedida pela Prefeitura de Maricá, porém ainda não foi oficialmente demarcada pelo poder público federal. Ressalta-se que a comunidade anteriormente ocupava território em Camboinhas, tendo sido posteriormente deslocada.

A ausência de demarcação territorial tem gerado impactos diretos no acesso a políticas públicas, especialmente na saúde. A aldeia não possui posto de saúde próprio, pois a inexistência de demarcação de terra dificulta a implementação de equipamentos públicos permanentes. Além disso, há graves problemas de saneamento básico: a água não chega regularmente há cerca de dois anos e há relatos de contaminação, tornando-a imprópria para consumo. A situação compromete a saúde coletiva, incluindo a realização de exames preventivos pelas mulheres, que enfrentam dificuldades de mobilidade e barreiras linguísticas e raciais no atendimento fora da aldeia.

Durante a reunião foi discutido principalmente a proposta de realocação de moradia, uma vez que o local atualmente ocupado está previsto para sediar um centro de tratamento de esgoto vinculado ao Resort (\*\*\*). A Prefeitura manifestou a doação de um território para a aldeia, onde o território seria ampliado. Contudo, as lideranças reiteraram que qualquer mudança deve ocorrer apenas com a garantia de demarcação oficial da nova área e acesso adequado à água potável e saneamento. Enquanto não houver território assegurado e moradias construídas a comunidade não autoriza a liberação da área atual.

Os conselheiros também denunciaram a situação como caso de racismo ambiental, destacando que a instalação de uma estrutura de tratamento de esgoto sobre território tradicional, sem consulta prévia, configura violação de direitos. Foi enfatizada a necessidade de cumprimento da legislação vigente, incluindo a obrigatoriedade de consulta prévia, livre e informada às comunidades indígenas sobre quaisquer medidas administrativas ou empreendimentos que as afetem (Convenção 169).

No campo da educação, foi mencionado o crescimento do número de crianças na escola indígena, ultrapassando 160 matrículas segundo dados apresentados. Também foi debatida a necessidade de ampliar políticas de acesso ao ensino superior para estudantes indígenas, incluindo propostas de inscrição diferenciada em vestibulares. Contudo, destacou-se a ausência de políticas de mobilidade e apoio à permanência estudantil, o que dificulta o ingresso e a continuidade na universidade.

### **Encaminhamentos:**

Encaminhar formalmente as pautas deliberadas às secretarias competentes, defensorias e demais órgãos públicos:

- Água insalubre;
- Ausência de posto de saúde interno;
- Demarcação de território;
- Criação de um grupo de trabalho (GT) específico para tratar da demarcação de terras;
- Apoio na reestruturação da nova aldeia e relações afins.